

O início de um novo período de violência israelo-palestiniana em Setembro de 2000 e o falhanço completo do Processo de Oslo puseram termo, pelo menos para já, às expectativas de paz de Israel e dos judeus da diáspora, e a uma eventual transformação no seu relacionamento com os mundos árabe e muçulmano; por extensão, puseram também fim à efémera emancipação de um sentimento de isolamento internacional, e relançaram as preocupações com as questões básicas da segurança e, sem dúvida, da sobrevivência.

A guerra de atrito que se seguiu à eclosão inicial dos distúrbios também voltou a colocar a questão da segurança no centro da relação entre israelitas e judeus da diáspora, relação essa que evoluiu em diferentes direcções durante os anos de Oslo. Ao longo de quase uma década, muitos israelitas e judeus da diáspora acreditaram que uma paz abrangente no Médio Oriente viria alterar profundamente o carácter judaico de Israel e as relações entre o Estado soberano judaico e a vida judaica no Ocidente. A paz teria permitido que Israel atingisse um nível de normalização, incluindo uma melhor integração dos israelitas árabes, que teria afrouxado os laços de responsabilidade e de envolvimento com a diáspora, enquanto libertava os judeus da diáspora dos pesados enredos das questões da segurança israelita que, por mais de uma geração, marcaram as suas vidas nos países de acolhimento. Nesse processo de afastamento muitos observadores norte-americanos fizeram notar, até há pouco tempo, aquilo que um autor designou como «o declínio do romance dos judeus norte-americanos com Israel»<sup>1</sup>. Esta redefinição de relações entre as duas comunidades foi muito notória no país em que a ligação entre a segurança israelita e a comunidade da diáspora tinha sido mais forte em termos de formação da identidade e de mobilização comunitária, os Estados Unidos, cujo sistema político facilita o envolvimento étnico na política externa. Os judeus norte-americanos têm claramente a voz mais forte entre as diásporas sediadas naquele país. No contexto europeu ocidental, os judeus esperavam que a paz levasse à continuação do declínio do anti-semitismo e que viesse a melhorar as suas relações com a crescente população muçulmana da União Europeia, confirmando a bem sucedida integração dos judeus na sociedade europeia.

Não obstante as avaliações antagónicas da comunidade judaica europeia como uma «diáspora em extinção», ou como «novos judeus» revigorados com um papel proeminente na nova Europa, o facto é que as novas manifestações do conflito do Médio Oriente voltaram a pôr a questão da segurança judaica no centro da comunidade da diáspora e das suas relações

---

Tradução de Jorge Filuzeau Garcia

com Israel. Neste artigo avaliamos as novas reflexões sobre a segurança judaica, quer dentro quer fora do Estado de Israel. Até que ponto estão as vozes e as preocupações da diáspora a ser acauteladas em Israel, e de que modo se está a lidar com as novas manifestações de anti-semitismo neste contexto? Qual é o novo papel que Israel atribui à diáspora na sua própria redefinição e no contexto da sua segurança? E, também, de que forma está a comunidade da diáspora a responder a estes novos desafios e de que modo está a definir o seu próprio papel? Todos estes elementos serão analisados nos diferentes contextos de Israel, da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

Pensamos que, por várias razões, os termos do elo de segurança israelo-judaica estão a ser expressos de forma diferente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. As experiências históricas e as estruturas de poder das duas diásporas, os contextos políticos e de diplomacia externa em que elas se inserem e a sua posição em relação a Israel e ao sionismo determinam os dilemas peculiares que elas enfrentam e a forma como são vistas na nova formulação da segurança judaica. O poder da comunidade judaica norte-americana nas relações internacionais encontra-se bem documentado. Do outro lado do Atlântico, apesar de uma maior integração na União Europeia, a comunidade judaica está dividida por línguas e por fronteiras nacionais através das quais ainda tem uma grande mobilidade. Os judeus da Europa Ocidental estão organizacionalmente fragmentados, estão em muito menor número do que a população muçulmana europeia, e são mais vulneráveis ao anti-semitismo. Têm, de longe, uma menor tradição de *lobbies* políticos, e com frequência ainda se mostram relutantes em assumirem-se publicamente como judeus. Todos estes elementos

militam contra a força política judaica, especialmente numa atmosfera política menos propícia ao envolvimento étnico na política externa. De facto, muitos europeus ocidentais são bastante críticos em relação à dimensão étnica da política externa norte-americana, especialmente no Médio Oriente, e vêem-na geralmente como um problema nas relações da Europa Ocidental com os Estados Unidos. Há quem afirme que a União Europeia tende a seguir uma opinião menos favorável acerca de Israel como forma de se opor à política externa norte-americana e de reivindicar uma posição independente no palco mundial. Num artigo publicado na *Foreign Affairs*, William Wallace rotulou a política norte-americana em relação ao Médio Oriente de irracional, afirmando que os governos da Europa Ocidental que procuram influenciar a política norte-americana estão «bloqueados pela insistência de Washington na ideia de que a diplomacia no Médio Oriente é uma prerrogativa norte-americana e pela atenção que os políticos norte-americanos prestam à opinião nacional acerca do tema»<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, contudo, Wallace dá as boas-vindas à crescente influência muçulmana na política interna e externa da Europa Ocidental, sugerindo, de forma interessante, que algumas influências internas são mais legítimas do que outras.

Com efeito, as grandes diferenças entre as diásporas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental e as diferentes posições entre os Estados Unidos e a UE afectam o ponto de vista de Israel quando este país tem em conta o papel das diásporas na sua nova postura em relação à segurança. Actualmente, Israel vê a diáspora norte-americana como um centro normalizado e permanente da existência e da identidade judaicas, cuja importância se aproxima da de Israel propriamente dito. Esta visão faz com que as elites israelitas expressem um desejo de expandir o papel de segurança dos seus judeus nos Estados Unidos de formas que podem conferir poder às vozes da comunidade da diáspora nas questões fundamentais dos limites territoriais e da soberania. Este desenvolvimento desafia a perspectiva tradicional acerca da segurança, o que reforça o importante papel do poder do Estado independente judaico como oposto à fraqueza judaica da diáspora.

Enquanto o papel cada vez mais importante da comunidade judaica norte-americana na segurança judaica dilui o conteúdo do sionismo, o contexto europeu ocidental fornece um novo alimento para as reivindicações tradicionais sionistas de insegurança endémica judaica e favorece a centralidade absoluta de Israel como resposta a essa insegurança. Por esse motivo, testemunhámos uma crescente concentração de Israel sobre o anti-semitismo como questão central da segurança e da política externa, em contraste com, pelo menos, a última década, em que as relações bilaterais entre Estados frequentemente reprimiam o envolvimento de Israel em questões relacionadas com o anti-semitismo no estrangeiro. Os israelitas são «recém-chegados» e não estão completamente empenhados no esforço desde há muito dominado pelos judeus norte-americanos, que durante décadas defenderam a causa das comunidades judaicas ameaçadas por todo o mundo. Israel continua a preferir a manutenção de boas relações bilaterais com outros países aos interesses das comunidades judaicas que lá residem, embora não os ignore. Da mesma forma, enquanto Israel denuncia o anti-semitismo a nível mundial, de modo geral como um fenómeno perigoso, é selectivo nas suas condenações particulares, e hesitante quando estão em jogo interesses que o país considera de maior importância. Assim, por exemplo, se, por um lado, Israel retirou o seu embaixador da Áustria, um Estado política e economicamente marginal, como forma de protesto contra a inclusão do partido de Haider na coligação governamental, por outro, absteve-se de criticar a inclusão de neofascistas no novo governo italiano, que prometia seguir uma linha mais pró-israelita no âmbito da política externa. De forma semelhante, os primeiros-ministros Begin e Barak pediram ao chefe da Liga Antidifamação, Abraham Foxman, que se abstivesse de atacar a retórica anti-semita propagada na imprensa egípcia e em declarações oficiais, numa altura em que Israel procurava a cooperação política do Egipto ou um acordo em questões de segurança regional<sup>3</sup>.

### **Uma nova ameaça à segurança**

Durante a pausa aparente dos anos de Oslo, os israelitas permitiram-se desviar a atenção da segurança para questões domésticas prementes da identidade do pós-guerra: a incorporação da cultura israelita no Médio Oriente; o reforço da cidadania para os árabes israelitas; a relação entre Israel e a diáspora no contexto do pluralismo religioso; as mudanças em direcção a uma economia de mercado globalizada; as crescentes disparidades sociais; e diversas questões entreligadas, próprias da natureza do Estado judaico-sionista, manifestações de um longo debate entre o universalismo e o particularismo. Sem dúvida, a segurança não deixou de ser uma das principais preocupações israelitas, na medida em que as questões primordiais continuaram por resolver e a violência se manteve ao longo de todo o processo de paz. No entanto, o entendimento geral – entre os principais partidos políticos israelitas e no seio das suas elites de segurança, económicas e intelectuais – de que era indispensável e inevitável um acordo de paz permitiu que as questões de segurança «soft» e de «não segurança» se tornassem politicamente proeminentes. Por altura da campanha para as eleições gerais de 1999, o público israelita notava pouca diferença entre a estratégia geral e a visão diplomática dos dois principais partidos, Um Israel, de centro-esquerda, e o Likud, de centro-direita. Em vez disso, os líderes partidários discutiam sobre pormenores específicos dos acordos e da sua implementação, e sobre política interna.

Durante os anos de Oslo, muitos políticos e intelectuais começaram a conceber a possibilidade de haver um Estado judaico do pós-guerra em termos – alguns diriam pós-sionistas – mais universais. A ideia da normalidade judaica incluía, entre outras coisas, uma noção de abandono da máxima sionista segundo a qual o poder militar e o do Estado eram os instrumentos decisivos para ultrapassar a falta de poder dos judeus. Alguns dos defensores de um compromisso com a OLP argumentaram que as narrativas resumidas pelo mito de «Masada» já não eram necessárias, enquanto outros começaram a debater a noção de que Israel enfrenta dilemas de segurança de natureza excepcional. Yoram Hazony, no seu livro *The Jewish State: The Struggle for Israel's Soul* (2000), discute acerca do modo como as Forças de Defesa de Israel modificaram a sua própria

imagem, passando de um exército de judeus com uma missão judaica para um exército que devia salvaguardar «o Estado, os cidadãos e a democracia»<sup>4</sup>. Hazony argumenta que as Forças de Defesa de Israel, sob a influência das filosofias pós-modernas que penetraram em muitas outras instituições israelitas, na educação, na imigração, nos negócios estrangeiros e constitucionais, se desviaram do seu compromisso original de lealdade ao povo judeu e ao ideal sionista. Segundo ele, esta nova postura inibirá provavelmente as Forças de Defesa de Israel de levarem a cabo missões alargadas também em nome da comunidade da diáspora.

Além disso, desde os acordos de Oslo de 1993 tem sido uma estratégia consciente dos políticos pró-Oslo darem «a impressão de que sem esta cooperação [com a Autoridade Palestiniana] não será possível proteger os seus cidadãos da melhor forma. Alguns mediadores internacionais, incluindo o presidente dos Estados Unidos, pediram à Autoridade Palestiniana para cooperar com Israel nos assuntos de segurança. Isto deu origem à ideia de que a segurança de Israel e dos seus cidadãos dependia da boa vontade das organizações de segurança da Palestina»<sup>5</sup>. O ex-primeiro-ministro Ehud Barak foi ao ponto de ameaçar o povo de Israel com as terríveis consequências de não se fazerem concessões satisfatórias à OLP, incluindo a probabilidade de uma guerra aberta.

O Processo de Paz e o esforço concomitante de Israel para a normalização também tiveram um forte impacto nas comunidades judaicas fora de Israel, e na perspectiva de Israel acerca das relações intrajudaicas a nível mundial. Um estudo de 1996 da Agência Judaica, *Israel 2020 – Master Plan for Israel in the 21st Century*, baseava todas as futuras relações entre Israel e a diáspora na assunção da paz no Médio Oriente e no conseqüente afrouxamento dos laços de segurança entre ambas as comunidades<sup>6</sup>. Com efeito, a diáspora sediada nos Estados Unidos, que se tinha organizado e mobilizado em torno das questões israelitas, descentralizou-se até certo ponto e virou-se progressivamente para a agenda interna da construção da comunidade, da educação judaica e do apoio social, encorajada por um governo de Israel que os instigava a concentrarem-se mais nos assuntos internos do que no Médio Oriente. Com Israel aparentemente a caminho da

paz, as instituições judaicas americanas tentaram encontrar novas bases para a organização comunitária e para a angariação de fundos. A maior parte dos judeus americanos apoiaram o Processo de Oslo desde o início, mas uma minoria significativa, em geral mais conservadora no plano político e mais ortodoxa no contexto religioso, rejeitou as amplas concessões inerentes ao processo<sup>7</sup>. Para os judeus da Europa Ocidental o maior impacto da transformação da política internacional e a redução do isolamento de Israel no início dos anos 90 correspondeu a um reflorescimento e a um refortalecimento de muitas comunidades judaicas do continente. Um grande número de judeus da antiga União Soviética emigraram para Ocidente, nomeadamente para a Alemanha, levando à reabertura de escolas, sinagogas e de outras instituições comunitárias. Algumas organizações judaicas europeias tornaram-se politicamente mais assertivas, aspirando a constituir-se como «terceiro pilar» da comunidade judaica mundial, ao mesmo nível que as comunidades israelita e norte-americana, mais vastas, e simultaneamente independente em relação a elas.

A recente eclosão da violência e o colapso do Processo de Oslo alteraram radicalmente a percepção e o contexto político dos judeus da diáspora e de Israel. As sondagens de Junho de 2001 mostraram que uma esmagadora maioria de judeus israelitas e de árabes «pensam» ou «têm a certeza» de que «não haverá paz durante os próximos anos»<sup>8</sup>, e que os judeus de Israel continuam a exprimir um apoio sem precedentes ao primeiro-ministro do Likud, Ariel Sharon. Até o ex-primeiro-ministro, Ehud Barak, afirma agora que a paz com Arafat é impossível e que a continuação das negociações só poderá ser bem sucedida com um novo líder palestino que esteja preparado para assumir compromissos históricos<sup>9</sup>. A erupção de violência maciça no Médio Oriente afectou profundamente o pensamento e os esforços organizacionais da comunidade judaica norte-americana, que se tinha habituado, de uma forma geral, a pensar e a agir em «modo de paz». As organizações judaicas norte-americanas, que tinham passado uma boa parte dos anos 90 a aprender a concentrar-se nos desafios internos e a procurar novos papéis no contexto político alterado pelos acordos de Oslo,

rapidamente regressaram à sua «programação pré-Oslo», colocando-se ao lado de Israel à medida que o perigo se tornava mais iminente para o país. Os parâmetros do conflito em que Israel se encontra estenderam-se para além das proporções aparentemente geríveis de um conflito nacional que incidia maioritariamente sobre questões de fronteiras, passando a ser um conflito que envolve a religião e os fundamentos da identidade nacional judaica. Muitos judeus de Israel e da diáspora, incluindo alguns líderes defensores de soluções pacíficas, vêem, agora, a ameaça à «segurança judaica» em termos básicos de legitimidade nacional e de manutenção da existência judaica. Consideram os ataques de árabes e muçulmanos à identidade judaica, e às suas origens e símbolos, como nada menos do que uma declaração de guerra à totalidade do povo judaico. Esta reorientação fundamental não foi mais do que um indicador do alargamento crítico do conflito no Médio Oriente, passando de uma disputa israelo-árabe a uma luta entre os mundos judaico e islâmico. Por outras palavras, a ampliação e a expansão de um conflito teoricamente resolúvel entre nacionalismos, em competição por bens tangíveis e potencialmente partilháveis como a terra e a água, para um confronto entre absolutos religiosos mutuamente exclusivos. Ao sair de Camp David para embarcar numa ronda de países árabes e muçulmanos em defesa de Jerusalém, Yasser Arafat contribuiu para a passagem de um conflito nacional a religioso, especialmente no contexto da luta pelo Monte do Templo. Em Camp David o líder palestino já tinha avisado o presidente Clinton: «Quer assistir ao meu funeral? Eu não abrirei mão de Jerusalém e dos Lugares Santos». «Jerusalém não é apenas uma cidade palestiniana; é uma cidade árabe, islâmica e cristã. Se eu tomar uma decisão sobre Jerusalém terei de consultar os sunitas e os xiitas e todos os países árabes». Para Arafat e para a OLP, este foi um afastamento radical da retórica anterior, segundo a qual a sua luta era nacionalista e a querela era, portanto, com o sionismo e não com os judeus. A nova postura da OLP reflectia, na verdade, a filosofia do Hamas, que nega as ligações religiosas judaicas com Israel e considera o sionismo como «simplesmente uma entidade racista responsável pela transformação da ideia agressiva judaica numa realidade beligerante»<sup>10</sup>.



No final dos anos 80 e durante os anos 90, a OLP e muitos líderes árabes mantiveram um amplo diálogo político com os judeus dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, afirmando sempre que não tinham qualquer contenda com os judeus nem com a fé judaica. A distinção entre Israel enquanto questão política e os judeus sucumbiu completamente durante a segunda *intifada*.

Em resposta à campanha de cariz religioso da OLP e de outras organizações muçulmanas, dezenas de líderes da diáspora judaica, incluindo seis antigos presidentes da Conferência de Presidentes, compraram anúncios nos principais jornais israelitas, no *The New York Times* e em importantes publicações judeo-americanas, onde proclamaram que «Israel não deve ceder o mais santo dos Lugares Santos do judaísmo, o Monte do Templo». Os signatários declararam ainda que o destino de Jerusalém e do Monte do Templo não podia ser decidido apenas pelos israelitas, mas sim pela totalidade da comunidade judaica. O vice-presidente executivo da Conferência dos Presidentes das Principais Organizações Judaicas Americanas, Malcolm Hoenlein, disse que «Israel tem o direito de tomar decisões relacionadas com a sua segurança. Todos os judeus têm o direito de discuti-la, mas a decisão é do governo de Israel. O Monte do Templo é uma questão diferente. Pertence a todos os judeus, é a herança de todos os judeus, e todos os judeus têm direitos adquiridos sobre ele»<sup>11</sup>. Após quase um ano de violência, Mort Zuckerman, presidente da Conferência de Presidentes das Principais Organizações Judaicas Americanas, afirmou: «uma das coisas que Arafat conseguiu foi um maior grau de unidade entre judeus em Israel e [nos Estados Unidos]. Há um maior grau de apoio e de unanimidade no seio desta comunidade do que alguma vez houve durante muito tempo»<sup>12</sup>.

A tendência crescente dos árabes para alargarem a sua linguagem política a fim de exprimirem a hostilidade contra os judeus reduziu o foco político israelita e judaico a uma postura do tipo «nós contra eles», que muitos, em Israel e na comunidade da diáspora, pensavam ter sido suplantada por uma nova realidade de paz e de normalização. Os ataques anti-semitas contra judeus da diáspora, que acompanharam a violência no Médio Oriente, e a

campanha internacional para, uma vez mais, isolar e retirar a legitimidade a Israel e para equiparar o sionismo ao racismo originaram uma maior unidade judaica. Os judeus franceses organizaram-se para protestar contra a visita do presidente sírio, Bashar Assad, a Paris, na sequência de declarações anti-semitas feitas em presença do Papa<sup>13</sup>. Tal como Robert Wistrich escrevera anteriormente, «[...] para os judeus europeus e norte-americanos, retirar a legitimidade ao sionismo qualificando-o de “racismo” ou, pior, de “nazismo” é visto como um ataque ao direito dos judeus a uma emancipação colectiva como povo, e como uma admoestação deliberada e uma acusação particularmente contundente, dirigida contra um grupo nacional (neste caso os judeus) que sofreu, mais do que qualquer outro, os efeitos do racismo genocida deste século»<sup>14</sup>.

A renovada unidade judaica manifestou-se na mobilização política em nome de Israel e num maior ênfase do anti-semitismo como questão central do conflito. Este tipo de mobilização não tinha sido visto durante muitos anos, envolvendo campanhas de informação nacionais e internacionais, campanhas de *lobbying* e de solidariedade, que, pelo menos temporariamente, puseram de lado os debates intracomunitários acerca da identidade judaica. Algumas organizações judaicas dos Estados Unidos também inverteram a tendência para a utilização crescente de angariação de fundos para causas internas, procurando conseguir fundos para as causas da «transformação da identidade judaica» em Israel, optando por se centrar mais na segurança de Israel, tal como tinham feito antes de Oslo. Este activismo tem um grande impacte na política externa dos Estados Unidos para o Médio Oriente, e não só. No contexto europeu ocidental, em que a imagem de Israel tem sido, de longe, mais negativa, e em que os *lobbies* étnicos não são tão importantes para a definição da política externa, os judeus conseguiram, apesar disso, unir-se para se tornarem uma voz eficaz em nome de Israel. Depois do devastador ataque terrorista em Telavive, em Junho de 2001, a segunda Assembleia Geral Judaica Europeia apresentou uma firme declaração de solidariedade para com Israel, e de apoio político à posição do governo israelita, em nome dos judeus de trinta e nove países europeus. Um grupo de trabalho da Assembleia apelou ao

«activismo político alargado» para combater as imagens e os comentários anti-semitas e anti-israelitas dos *media* e para convencer os políticos europeus a «adoptarem uma posição justa em relação à actual crise no Médio Oriente e para pressionarem Arafat a pôr fim à violência». O grupo de trabalho também instou Israel a dar um maior apoio aos judeus da diáspora<sup>15</sup>.

### **Ressuscitar o sionismo: uma nova oportunidade**

No seu nítido isolamento após o início da violência no Outono de 2000, Israel fez um esforço redobrado para aprofundar o seu empenho na segurança, e para reforçar outros laços com a diáspora. No entanto, se muitos israelitas exprimiram um grande desejo de unidade judaica nesse momento de perigo, outros há que receiam que o regresso à perspectiva *eles contra nós* possa inibir Israel e a diáspora de pensarem sobre as questões de Estado *versus* identidade nacional que começaram a ser alvo das atenções durante os anos de Oslo<sup>16</sup>. Outros ainda viram na unidade recentemente encontrada em torno da «segurança judaica» uma oportunidade única para inverter a corrente a caminho de um cisma entre as comunidades judaicas, e especialmente para desfazer a aparente retirada de Israel em direcção ao «pós-sionismo»<sup>17</sup>. Com efeito, o presidente de Israel, Moshe Katsav, afirmou que «os recentes acontecimentos ajudaram a reduzir as divisões existentes na sociedade israelita [judaica]»<sup>18</sup>. Na primeira declaração pública de um chefe da Mossad, Ephraim Halevy exprimiu a necessidade urgente de se reinstaurar o antigo paradigma sionista do centralismo de Israel para a segurança de todos os judeus. Halevy advertiu para o facto do declínio do *ethos* sionista e os desafios do pós-sionismo minarem a segurança de Israel. Apelou para uma maior coesão judaica e para a reintrodução de uma fórmula de segurança nacional para a totalidade do povo judaico. Halevy lembrou os israelitas e os judeus da diáspora de que a sua segurança estava interligada e garantiu o seu empenho num «nunca mais» imperativo do sionismo pós-Holocausto. «O que acontece em Jerusalém, Telavive ou Haifa tem um impacte na vida dos judeus de Nova Iorque, de Londres ou de Moscovo. Acredito que quando um

combatente [israelita] parte em missão não está a pôr a sua vida em risco só para proteger as fronteiras do Estado e os valores universais. Ele fá-lo com uma profunda consciência e com o desejo de proteger a existência do povo judeu». Depois da esmagadora vitória eleitoral de Sharon em Fevereiro de 2001, o novo ministro da Educação, Limor Livnat, declarou a abertura de uma nova era no sistema educativo israelita, que seria marcado pelo regresso aos valores centrais judaicos e do sionismo e pela erradicação do pós-sionismo.

O profundo sentimento de insegurança e o pessimismo que se espalhou na sociedade israelita desde Setembro de 2000 também afectou o pensamento israelita sobre os papéis da diáspora e de Israel na manutenção da «segurança judaica», a questão judaica dominante de todos os tempos. Com muitos israelitas a mostrarem dúvidas acerca da viabilidade e do poder de resistência de Israel a longo prazo, a diáspora foi vista, uma vez mais, como um elemento estratégico e o mais fiável aliado de Israel, ponto de vista expresso pelo tenente-general Uzi Dayan, chefe do Conselho Nacional de Segurança de Israel. De um modo geral, a comunidade da diáspora é vista actualmente por muitos altos oficiais e por responsáveis pela alta segurança não só como um apoio às necessidades de segurança de Israel, mas, talvez pela primeira vez, como um parceiro na compreensão e na formulação de um novo conceito de identidade e de segurança judaicas. Este ponto de vista foi veementemente expresso pelo primeiro-ministro Ariel Sharon quando se dirigiu a uma grande reunião no encontro anual do Comité Americano para os Assuntos Públicos de Israel, em 19 de Março de 2001. O tema do discurso de Sharon foi a necessidade urgente de uma concentração renovada na segurança judaica. Sharon fez saber que ele próprio se considera «acima de tudo, um judeu» e que se vê a si mesmo como se lhe tivessem dado um mandato para unificar não só Israel, mas «os judeus de todo o mundo». Declarou, também, que «o futuro de Israel não é só um assunto para os israelitas que lá vivem. Israel pertence a todo o povo judaico. E Israel não seria o que é hoje se não fosse pelos esforços dos judeus de todo o mundo».

Desde o início, o sionismo rejeitou a possibilidade e a eficácia da assimilação como resposta à insegurança dos judeus da Europa. Só uma

pátria soberana judaica poderia dar uma resposta válida. Mas o sionismo não conseguiu salvar a maioria dos judeus europeus, para quem a criação de uma pátria soberana judaica – o Estado de Israel – veio demasiado tarde. No entanto, o sionismo conseguiu, depois de 1948, providenciar um refúgio para o grande número de judeus deslocados e para os que fugiam dos regimes totalitários em ascensão na Europa de Leste. Israel tornou-se, também, um porto seguro para os judeus do mundo árabe e muçulmano. Contudo, mesmo depois do Holocausto e da emergência do Estado de Israel, as alternativas à concepção de segurança do sionismo mantinham-se, sobretudo entre os judeus ultra-ortodoxos, alguns dos quais argumentavam que o Holocausto não fora nada menos do que um castigo provocado pela heresia dos sionistas ao trabalharem na construção de um Estado infiel em vez de aguardarem por um regresso dos judeus à pátria aquando da vinda do Messias.

Inegavelmente, o sionismo estava a tentar introduzir um conceito secular de segurança que fizesse desaparecer a dependência servil da protecção messiânica ou de outra protecção divina (*Israel betach bashem*: Israel: confia em Deus. A raiz da palavra hebraica «protecção», *bitachon*, tem a mesma origem da palavra «confiar»). No entanto, mesmo no seio do Estado de Israel, este conceito provou ser muito resistente entre os segmentos ultra-ortodoxos da população, que vêem o estudo da *Torah* como um chamamento maior, mesmo no sentido de segurança, do que o serviço militar obrigatório, que a maioria deles se recusa a cumprir. A erosão da ideia de que as forças de segurança israelitas eram invulneráveis (à luz dos falhanços repetidos no Líbano e noutras frentes) estimulou um tipo de espiritualidade de fuga à realidade. Esta fuga pseudomística à realidade manifesta-se sob a forma de autocolantes para pôr nos carros e de *posters*, especialmente em momentos de maior perigo, que dizem: *Ein al mi lismoch ela al elohim shebashamayim*, «não há ninguém em/de quem confiar/receber segurança senão Deus». Por vezes, este tipo de *slogans* têm a vantagem mnemónica de rimarem, como *Tehilim neged tilim*, «Salmos antimíssil»<sup>19</sup>.

A solução adoptada pela comunidade judaica dos Estados Unidos depois do Holocausto foi a integração no seio da sociedade norte-americana, tendo o sionismo emergido gradualmente como uma variável importante nesse processo. De facto, a natureza inclusiva do sistema político norte-americano levou a uma forma curiosa de sionismo – os sionistas norte-americanos dedicaram-se à fundação de um Estado judaico na Palestina para os judeus do Leste Europeu e para outras comunidades judaicas em perigo, mas não para eles mesmos. Apenas um por cento dos judeus norte-americanos emigraram para Israel desde a sua fundação. A política judaica nos Estados Unidos permitiu, assim, o desenvolvimento de um sionismo norte-americano compatível com o ponto de vista da integração.

### **A «israelização» da segurança da diáspora: a Europa Ocidental e os Estados Unidos**

Desde a sua fundação em 1948, o Estado de Israel, com todas as suas lutas, tornou-se uma «luta judaica». O Estado de Israel foi anunciado como a solução para proteger não só os limites fronteiriços, mas também o povo judaico. Israel chamou a si o papel de protector das comunidades irmãs, da fé judaica e da viabilidade demográfica da nação, absorvendo a antiga ideia de que os judeus são mutuamente responsáveis – de que tomam conta dos seus congéneres. Segundo a ideologia sionista, todas as inseguranças dos judeus no estrangeiro – assimilação, anti-semitismo, perda da identidade – poderiam, teoricamente, ter um fim com a *aliyah*. A salvação dos judeus da assimilação e da perseguição tornou-se o duplo pólo da «segurança judaica». Com efeito, as preocupações externas e de segurança de Israel sempre se estenderam para lá das fronteiras da pátria judaica. A política externa israelita atribuiu uma grande prioridade à salvação de judeus, individualmente ou em grupos, mobilizando vastos recursos para libertar judeus na Síria, na URSS, na Argentina, na Roménia, na Etiópia e noutros países. Contudo, isto sempre aconteceu no contexto da visão sionista do acolhimento e da reunião dos exilados, de unir finalmente a nação dentro

do Estado, e não o perpetuar das comunidades judaicas nos seus países de residência.

A ideia de que a relação poderia ser invertida, de que a diáspora poderia ter um papel na salvação de Israel era, no mínimo, problemática para os sionistas israelitas. A maioria dos fundos usados para financiar a campanha clandestina da Mossad para comprar a liberdade de judeus aos governos comunistas da Europa de Leste, por forma a trazê-los «ilegalmente» para a Palestina governada pela Grã-Bretanha veio do Comité de Distribuição Conjunto Judaico Norte-Americano, apesar do facto de esse tipo de angariação de fundos ser ilegal de acordo com a lei norte-americana, e de ir contra os interesses do maior aliado dos norte-americanos, a Grã-Bretanha<sup>20</sup>. Contudo, os líderes israelitas dos anos 50 e 60 minimizaram esses envolvimento, construindo, em vez disso, a imagem de um país forte que organizava a sua própria defesa e que se esforçava por levar a segurança aos judeus da diáspora. A profunda percepção da fraqueza oriunda da diáspora era essencial para a ideologia sionista, que considerava que a existência da diáspora era degenerativa no âmbito nacional. Ben Gurion referia-se ao «cérebro morto do gueto judeu, que não tinha o intelecto nem a força de vontade para avançar na direcção da concepção de um país autónomo»<sup>21</sup>. Esta foi também a razão para a minimização inicial do reconhecimento do importante contributo que os sobreviventes sionistas do Holocausto deram às forças de Israel durante a Guerra da Independência<sup>22</sup>. No seu conjunto, a diáspora mantinha-se secundária para o israelocentrismo de Ben Gurion – a segurança de Israel era um sinónimo da segurança dos judeus<sup>23</sup>.

Como é óbvio, sempre houve uma relação menos hierárquica entre Israel e os judeus que vivem no estrangeiro do que Ben Gurion pensava. O forte traço de responsabilidade mútua que caracteriza as relações entre Israel e a comunidade da diáspora – a forte vontade dos judeus, onde quer que estejam, para assumirem as preocupações e os receios pela sobrevivência pessoal e comunitária dos seus congéneres noutros países – encontra a sua origem na máxima do Talmude *kol Yisrael 'arevin zeh ba-zeh*, «todos os judeus são responsáveis uns pelos outros». No entanto, durante o longo

período do exílio judaico, «esta doutrina de uma responsabilidade mútua positiva [sempre teve uma] interpretação negativa, segundo a qual é de uso comum que os judeus sejam responsabilizados pelos feitos, reais ou supostos, de outros judeus»<sup>24</sup>. Os benefícios e os custos deste relacionamento tornaram-se ainda mais dramáticos desde a fundação de um Estado soberano judaico.

Com efeito, os legados de Israel e da diáspora interagiram em seu benefício, mas também puseram ambas as partes em risco. Os judeus da diáspora ganharam segurança pela simples existência do Estado de Israel, um refúgio potencial que estivera ausente durante dois mil anos. As acções de Israel contribuíram para a segurança da comunidade da diáspora através da diplomacia e, sempre que se mostrou necessário, para a salvação de pessoas ou comunidades em perigo. Os serviços secretos israelitas continuam a ajudar judeus a preservarem a segurança pessoal e comunitária, especialmente no antigo bloco soviético, mas também noutras partes da Europa e da América Latina. O facto de um judeu poder estar em perigo fora de Israel pode despoletar um empenho intensivo do Estado de Israel para salvaguardar a segurança dessa pessoa, tal como aconteceu no caso de judeus argentinos dissidentes e intelectuais como Jacobo Timmerman. Este fenómeno é uma afirmação enfática de laços étnicos/tribais que cruzam as fronteiras do Estado, constituindo uma das linhas de força da história judaica, em que a vida individual e os laços de parentesco eram vistos como sendo primordiais e ao longo da qual os judeus com acesso a cortes estrangeiras intervinham em nome dos seus congéneres em dificuldades.

As comunidades judaicas da diáspora também se ajudam entre si. O que emergiu com o passar do tempo foi um padrão de uma divisão de tarefas entre o Estado soberano de Israel e os activistas e emissários da diáspora (principalmente os norte-americanos), sendo cada parceiro caracterizado pelo seu próprio conjunto de poderes e de limitações. Onde quer que Israel não possa intervir, por não ter relações diplomáticas com um outro governo ou em lugares onde Israel acha pouco aconselhável envolver-se directamente, os judeus da diáspora e as organizações judaicas intercedem



em nome dos judeus e das comunidades judaicas em dificuldades. Tal foi o caso da campanha, essencialmente dirigida pela comunidade da diáspora, dos anos 70 e 80 para libertar os judeus da União Soviética, e da batalha, mais recente, para libertar os judeus da Síria após décadas de prisão efectiva. O muito aclamado salvamento da comunidade judaica na Etiópia nunca teria tido lugar se os judeus activistas da diáspora não tivessem feito petições ao governo israelita para assumir o papel de responsabilidade por essa comunidade ameaçada. O recente esforço internacional para anular as condenações de judeus proferidas pelo tribunal iraniano foi dirigido pela comunidade da diáspora, sabendo de antemão que um envolvimento nítido de Israel no assunto só pioraria as hipóteses de clemência para os prisioneiros.

### **O contexto norte-americano**

As organizações judaicas norte-americanas, até meados dos anos 60, concentravam-se essencialmente na sua campanha para eliminar todas as formas de discriminação no país. Esforçaram-se por construir uma sociedade tolerante que os recebesse como membros plenamente integrados, em vez de serem vistos como os convidados habitualmente mal-vindos que tinham sido na Europa e noutros centros da diáspora, onde levavam uma existência precária e continuamente ameaçada. No seu livro *Jews Against Prejudice* (1999), Stuart Svonkin mostrou-nos de que modo o activismo judaico contra o anti-semitismo ajudou a comunidade organizada a emergir como líder de um movimento liberal mais vasto nos Estados Unidos. A passagem de um liberalismo universalista para a reivindicação cultural e o neoconservadorismo político em décadas posteriores estava ligada não só aos desenvolvimentos internos dos Estados Unidos, como, por exemplo, o avanço do movimento de defesa dos direitos civis, mas também aos triunfos de Israel, especialmente a captura do criminoso de guerra nazi Adolf Eichmann e a vitória na Guerra dos Seis Dias, que permitiram que muitos judeus suplantassem a sua imagem de fraqueza, insegurança e de vitimização, passando a sentir-se «normais». Estes grandes acontecimentos também permitiram que os judeus norte-americanos encarassem o

Holocausto de frente, construindo memória e poder em torno dele. Apesar de os judeus norte-americanos rejeitarem a noção sionista de *shelilat ha-golah* (a negação da diáspora), a partir desse momento Israel e a segurança de Israel tornaram-se uma questão colectiva de importância primordial. A campanha para garantir a segurança de Israel e dos judeus a nível mundial tornou-se o farol da construção institucional judaica e da obtenção de poder político.

Como foi referido atrás, a comunidade da diáspora pode correr o risco de ter elevados custos de segurança em consequência dos seus laços com Israel, que são contrabalançados com os contributos positivos que Israel traz à sua segurança. Desde os anos 70, a comunidade da diáspora começou a encarar o «efeito Israel» como potencialmente perigoso para a sua segurança. A ideia de que a maior parte da violência que atingia os judeus parecia ser mais um reflexo do Médio Oriente do que uma consequência da hostilidade étnica local começou a ganhar forma, e o factor de cansaço em relação ao legado de segurança de Israel e à sua atitude disseminou-se ao mesmo tempo que Israel começou a questionar o seu próprio legado e a eficácia do seu poder após a experiência desanimadora da Guerra do Yom Kippur, em 1973. «Quando Israel ataca o quartel-general da OLP em Tunes ou quando mata um membro da OLP nessa cidade, os judeus que lá vivem, e não o Estado de Israel, ficam em perigo imediato de retaliação»<sup>25</sup>. Em vez de confrontarem Israel directamente, as organizações que se opõem ao Estado israelita atacam frequentemente alvos judaicos mais vulneráveis no resto do mundo, tal como aconteceu no ataque à granada contra uma sinagoga de Istambul em 1986, ou aquando da explosão de uma bomba no centro comunitário judaico em Buenos Aires, em 1994. Gabriel Sheffer escreveu: «Na melhor das hipóteses é altamente questionável se Israel tem conseguido contribuir de forma significativa para o bem-estar dos judeus, a não ser para o orgulho nacional». Talvez, diz Sheffer, «Israel constitua mais um passivo do que um activo para os judeus»<sup>26</sup>. Com efeito, desde o final dos anos 80 muitos dos judeus norte-americanos aperceberam-se do rápido declínio da identificação pós-1967 com Israel e do fenómeno da crítica ao Estado de Israel vinda da

comunidade da diáspora, por vezes encorajada por opositores ideológicos israelitas. Por altura do primeiro Acordo de Oslo em 1993, segmentos significativos da comunidade judaica norte-americana tinham deixado de se concentrar no apoio à segurança de Israel, passando a criticar a política de segurança israelita. Muitos consideraram que a atitude de Israel na guerra do Líbano, no Caso Pollard e na primeira *intifada* era moralmente questionável. A desilusão foi frequentemente expressa em termos de «divergência» e de crítica à «brutalidade» de Israel, ou sob a forma de pressão sobre Israel para iniciar negociações directas com a OLP. Até um proeminente apoiante de Israel, Abe Rosenthal, do *New York Times*, escreveu: «Os judeus não deviam partir ossos»<sup>27</sup>. O *establishment* judaico, mais liberal, envolveu-se nos assuntos de segurança de Israel forçando um acordo político com a OLP. Em Maio de 1987 foi criado um autodenominado «*lobby* da paz» judaico-americano como antídoto contra o Comité Americano para os Assuntos Públicos de Israel, e um grupo de judeus foi a Tunes para se encontrar com as chefias da OLP, tendo trabalhado conjuntamente com árabes norte-americanos para organizar manifestações anti-israelitas<sup>28</sup>. Alguns judeus norte-americanos contavam-se entre os que contribuíram para convencer, com sucesso, a administração Reagan a reconhecer a OLP.

Nessa altura, neoconservadores como Norman Podhoretz argumentaram que os judeus não tinham moralmente o direito de criticar a política de segurança de Israel e que esse tipo de críticas tinha aberto o terreno para os inimigos de Israel e tinha levado os decisores norte-americanos a acreditar que podiam pressionar Israel impunemente. Contudo, Podhoretz não teve qualquer problema em criticar a política de Rabin porque achava que estava a tentar salvar Israel de si próprio<sup>29</sup>. Com um espírito semelhante, durante o aceso debate acerca das concessões em Jerusalém propostas pelo primeiro-ministro Barak, Ronald Lauder, Presidente da Conferência das Principais Organizações Judaicas, abriu o precedente de participar numa manifestação pró-Jerusalém (que era, na verdade, contra o governo). Os membros do governo de Barak criticaram abertamente a abertura deste precedente por uma proeminente figura pública judaica

norte-americana como tratando-se de uma interferência política irresponsável<sup>30</sup>.

Quando Israel começou a rever a sua atitude e a sua postura em relação à segurança como parte de um processo de reavaliação da sua própria identidade, a comunidade da diáspora ficou confusa e insegura acerca das necessidades de segurança de Israel. O malgrado primeiro-ministro Rabin criticou o Oslo-agnosticismo do Comité Americano para os Assuntos Públicos de Israel, um forte aliado e um agente político a favor de Israel e das suas necessidades de segurança, e instigou-o a orientar os seus esforços noutra direcção. Mais tarde, durante a sua primeira visita aos Estados Unidos, o primeiro-ministro Barak teve o cuidado de ignorar o Comité Americano para os Assuntos Públicos de Israel, dirigindo-se em vez disso ao Fórum do Novo Israel, que se concentrava em assuntos culturais e sociais, tais como o pluralismo religioso, e que alinhava mais com o pensamento político do Partido Trabalhista israelita. A ideia generalizada, e encorajada por alguns oficiais israelitas, de que a segurança do Estado judaico estava assegurada pelo processo de paz permitiu uma certa «normalização» das relações entre os israelitas e os judeus norte-americanos no sentido de um padrão de relações pátria-diáspora mais parecido com o de outras diásporas sediadas nos Estados Unidos, a maioria das quais definia as suas ligações à pátria mais em termos de afiliações culturais e outros laços de parentesco emocionais do que em termos reais de assegurar a existência da pátria<sup>31</sup>.

Para alguns, o Processo de Oslo representou uma atribuição de poder às vozes judaicas a favor da paz, mesmo que os palestinianos nem sempre o tenham visto dessa forma. As personalidades judaicas norte-americanas, entre as quais se contam Indyk, Ross e Miller, dominavam a equipa diplomática norte-americana no Médio Oriente. Outros afirmaram que os judeus norte-americanos a favor de Oslo foram usados pela administração Clinton quer para se desviar das acusações de outros judeus norte-americanos e do governo israelita, segundo as quais a política norte-americana era hostil a Israel, quer para ganhar influência sobre Israel<sup>32</sup>. Ambas as afirmações minavam a construção de um poder judaico e, claro está, ambas eram fortemente rejeitadas. É irónico que enquanto muitos

árabes nos Estados Unidos e no Médio Oriente estiveram a favor da eleição de George W. Bush (ou, pelo menos, preferiam-no à lista de candidatos democratas, que incluía o senador Lieberman, um judeu norte-americano), porque ele não estava preso ao voto judaico nem a interesses de organizações judaicas, alguns activistas judeus norte-americanos sentiram-se aliviados pela muito menor presença judaica na equipa de política externa do novo presidente. Na verdade, a Organização Sionista da América e outras mais simpatizantes com os partidários do Likud em Israel foram ao ponto de se oporem à recente nomeação do judeu norte-americano Daniel Kurtzer como embaixador dos Estados Unidos em Israel, com base no facto de ele ter posto em risco a segurança de Israel através de declarações e de actividades efectuadas no passado.

### **Redefinir o parentesco: a «diasporização» nos Estados Unidos da segurança israelita**

O que mudou após os dramáticos esforços diplomáticos de Ehud Barak em Camp David e na sequência do colapso violento do processo de Oslo foi a vontade aparente de muitos líderes israelitas de reconsiderarem os seus pontos de vista acerca da segurança judaica e do estatuto da diáspora. No momento em que os próprios israelitas passaram a reconhecer a relevância das questões em jogo para a sua identidade e segurança, proeminentes políticos israelitas, funcionários do Estado e jornalistas, e membros do mais alto nível da estrutura da segurança israelita, *convidaram*, pela primeira vez, os judeus norte-americanos a participarem no debate em curso sobre a segurança, e a tomarem parte na definição do carácter e da direcção da política de segurança israelita. Esta mudança é fundamental, ultrapassando uma resposta *ad hoc* à crise que começou no final de 2000, e pode ser o reflexo do início de uma nova reflexão de bases sobre o relacionamento entre Israel e a diáspora sediada nos Estados Unidos, em termos de legitimidade, estatuto, poder e identidade. É importante repararmos na mudança semântica que emergiu no discurso judaico, com termos como o negativo *galut* («exílio») ou o neutral *tfutzot* («diáspora») a serem substituídos por referências ao colectivo como *ha'am hayehudi* («o povo judaico»), independentemente da localização geográfica, dentro ou fora da pátria ancestral. Os elementos-chave da estrutura política e militar de Israel estão a encorajar a redefinição das preocupações de segurança na perspectiva de toda a comunidade judaica, por oposição à perspectiva do Estado. Portanto, em vez de bloquear o debate acerca da relação entre a diáspora e Israel, o reavivar de um conflito «nós contra eles» trouxe novas dimensões à negociação entre Israel e a comunidade da diáspora acerca do papel de cada uma das partes na manutenção do mundo judaico, e contribuiu para aproximá-las.

A diáspora sediada nos Estados Unidos é essencial para o sentimento de segurança israelita, para a sua capacidade dissuasora e para a sua habilidade para criar alianças diplomáticas e militares. Embora o governo israelita possa ter temporariamente esquecido a importância dos judeus

norte-americanos, muitos outros governos e actores um pouco por todo o mundo já compreenderam há muito que as portas que dão acesso à influência nos círculos governamentais norte-americanos podem ser muitas vezes abertas ou fechadas pela comunidade judaica norte-americana, cujos pontos de vista sofrem um grande impacte pela consideração da segurança judaica em todo o globo. Os judeus norte-americanos têm tido muito êxito na integração do mote «nunca mais» no *ethos* norte-americano e na política externa dos Estados Unidos. A forma como um país se relaciona com os seus judeus e a maneira como age perante as preocupações judaicas afecta de um modo significativo o seu relacionamento com os Estados Unidos. O facto de outros governos saberem disso explica, por exemplo, o repentino desejo da Síria, no início dos anos 90, de libertar os seus judeus, e a publicidade entusiástica do Azerbaijão acerca do bom tratamento que reserva à sua comunidade judaica, num esforço de mobilizar os judeus norte-americanos contra a Arménia, em nome do Azerbaijão. Um jornalista da Jordânia queixava-se no ano passado: «Nos meios de comunicação e na maioria dos corredores do poder político, nós, membros do mundo árabe, continuamos a ser fortemente julgados com base nas nossas atitudes e políticas em relação a Israel e à experiência judaica moderna»<sup>33</sup>.

Embora o governo israelita possa desempenhar um papel nestas questões políticas e diplomáticas, ele não detém o controlo do acesso às organizações judaicas norte-americanas, nem dirige as suas actividades. As organizações judaicas dos Estados Unidos são essencialmente responsáveis por encetarem e seguirem essas políticas, já que o seu poder é ampliado pela relativa fraqueza do governo israelita, constrangido pelas incertezas e pela instabilidade no seu próprio sistema político e no Médio Oriente como um todo. A influência da comunidade judaica norte-americana estende-se para além da reputação granjeada pelos seus feitos. Ela gira em torno do factor psicológico da ideia, corrente em muitas partes do mundo, de que há um poder judaico «esmagador» nos Estados Unidos. A aliança israelo-turca é o maior exemplo disso. A crença do governo e dos líderes militares turcos de que os judeus norte-americanos podiam ajudar a cumprir o desejo turco de deter maior influência nas decisões norte-americanas foi o principal motivo

para a Turquia estabelecer e desenvolver uma aliança militar com Israel. O presidente romeno Adrian Nastase visitou Israel em Julho de 2001 por razões semelhantes, para «solicitar o apoio do governo israelita para ajudar a Roménia a tornar-se membro da NATO... sabemos que Israel tem amigos muito chegados em todo o mundo»<sup>34</sup>. No entanto, a percepção da influência judaica também pode pôr os judeus em perigo, especialmente quando um governo ou alguns dos seus membros pretendem afastar os Estados Unidos. Alguns comentadores acreditam que o julgamento de treze judeus iranianos em 2000 foi o resultado de uma campanha dirigida por conservadores iranianos para sabotar os esforços de alguns membros mais pragmáticos do governo que pretendiam normalizar as relações com os Estados Unidos. Esses perigos confirmam que, apesar do estabelecimento e do fortalecimento de um Estado judaico ao longo dos últimos anos, a noção de um «poder judaico» pode ser uma faca de dois gumes, tal como aconteceu no tempo de Theodor Herzl.

Houve quem chegasse a argumentar que mesmo apesar de a autoridade política de Israel e o seu poder soberano serem essenciais para a segurança judaica, especialmente para as comunidades em dificuldades, a obtenção de poder por parte dos judeus norte-americanos é igualmente importante – se não mais importante – em termos de história e segurança judaica, uma vez que nunca na sua história os judeus tiveram um papel tão fulcral na modelação da política da maior potência mundial<sup>35</sup>. Este novo poder adquirido pelos judeus norte-americanos contrasta fortemente com o seu desamparo perante a *Shoah and the Abandonment of the Jews*, o título do livro de David S. Wyman.

Embora hoje Israel reconheça abertamente a importância da comunidade judaica norte-americana para a sua segurança, procura manter a sua posição ideológica sionista interna como núcleo da segurança judaica, dentro e fora do Estado. Desta forma, o reconhecimento da importância estratégica da comunidade da diáspora é acompanhado por uma mensagem com duas direcções: primeiro, para o eleitorado interno judaico de Israel, há um relembrar constante da precariedade da posição da diáspora. Esta mensagem pretende, uma vez mais, inscrever a doutrina israelita de



segurança nacional no dogma sionista da supremacia da existência soberana<sup>36</sup>. Em segundo lugar, há também uma mensagem para a comunidade da diáspora norte-americana, afirmando que a sua posição de poder depende da força e da viabilidade da pátria. Quando Ariel Sharon se dirigiu aos líderes judeus em Nova Iorque, pouco depois de se ter tornado primeiro-ministro, disse-lhes que «se Israel perder força, ou, Deus permita que não, se desaparecer, as suas confortáveis vidas de judeus norte-americanos deixarão de ser as mesmas»<sup>37</sup>. Os membros do governo israelita que procuram fortalecer a solidariedade da diáspora com a pátria sugeriram que se alargasse a cidadania aos judeus que vivem no estrangeiro, criando um equilíbrio perante a população árabe crescente em Israel e realçando, assim, a «profundidade estratégica» israelita. Ainda mais realista a curto prazo é uma proposta de dar aos emigrantes israelitas o direito de votarem no estrangeiro em eleições de Israel. Este novo reconhecimento do papel da comunidade da diáspora na segurança judaica, incluindo a segurança de Israel, é uma nova formulação do sionismo. Na verdade, pode ser visto como uma afirmação da velha fórmula sionista norte-americana. Se antigamente o sionismo israelita, devido à sua própria natureza, via a vitalidade e o poder da diáspora como um paradoxo, agora aceita a diáspora norte-americana como um parceiro essencial nos esforços pelo reforço do poder judaico.

Sallai Meridor, chefe da Agência Judaica de Israel e da Organização Mundial Sionista expôs esta nova visão de uma aliança entre Israel e a diáspora a favor da segurança judaica. Fez um apelo aos líderes israelitas e à opinião pública para que dessem à comunidade da diáspora norte-americana o reconhecimento crítico que ela merece, e para convidarem activamente os judeus norte-americanos a empenharem-se na salvaguarda da segurança judaica a nível mundial. «Não há dúvida», disse ele, «de que a solidariedade judaica para com Israel contribui grandemente para o sentimento de segurança dos israelitas... a capacidade dissuasora de Israel aos olhos do mundo árabe é realçada quando os judeus norte-americanos apresentam uma frente unida por trás dela... basta ler os jornais árabes e observar até que ponto os líderes árabes desejam encontrar-se com os

líderes [da diáspora] para compreendermos a importante dimensão que a diáspora acrescenta à capacidade dissuasora de Israel». David Harris, director executivo da Comunidade Judaica Norte-Americana, afirma que os judeus norte-americanos têm «um papel indispensável a desempenhar no progresso da luta de Israel pela paz, pela segurança e pela normalização na comunidade das nações... Mesmo que, como todos nós esperamos, um dia se atinja a paz geral na região, o seu sucesso a longo prazo dependerá em grande parte do facto de os árabes continuarem a sentir que há relações bilaterais estreitas entre os Estados Unidos e Israel, daí resultando a importância contínua do papel da comunidade judaica norte-americana»<sup>38</sup>.

Esta nova fórmula do sionismo encaixa perfeitamente na procura constante da diáspora norte-americana de um assunto que unifique os judeus para suportar a sua concepção organizacional e burocrática. Com a diminuição do anti-semitismo interno e com o aparente declínio do conflito no Médio Oriente durante o período de Oslo, houve quem especulasse que os princípios unificadores da comunidade judaica norte-americana fortemente integrada estavam a desaparecer. Simplificando, argumentou-se que sem as lutas históricas os princípios unificadores necessários à mobilização se tornariam obsoletos, e que a angariação de fundos para Israel e a atenção dedicada aos seus problemas viriam a acabar. No entanto, a nova onda de violência levou a uma mudança e a um envolvimento ainda maior. O encontro, em Março de 2001, do Comité Americano para os Assuntos Públicos de Israel, que registou novos recordes de participação e de obtenção de fundos, mostra-nos a importância primordial da segurança para a identidade judaica e para a mobilização de judeus nos Estados Unidos.

### **O contexto europeu ocidental**

Desde a fundação de Israel, os líderes do Estado habituaram-se a ver os judeus europeus como resquícios moribundos que viviam no grande cemitério dos da sua irmandade, sem outro futuro a não ser o da *aliyah* em direcção a Israel. As instituições sionistas insistiam que as pessoas deslocadas, sobreviventes do Holocausto, deviam ser levadas para Israel, já

que não viam qualquer hipótese realista de se restaurar a comunidade judaica na Europa. Os líderes israelitas não podiam levar a sério a ideia de constituir uma parceria política com qualquer tipo de comunidade judaica na Europa nos mesmos moldes em que se tinha começado a estabelecer com a comunidade norte-americana. A vida comunitária judaica na Europa, com a exceção da Grã-Bretanha, tinha sido totalmente destruída e os judeus europeus não podiam agir como um grupo em nome de Israel. Se, por um lado, se contava com os judeus norte-americanos para financiar e apoiar politicamente a guerra sionista e o esforço de construção do Estado, por outro, para Israel o contributo dos judeus europeus para a segurança israelita consistia exclusivamente na imigração em massa para o Estado israelita de pessoas deslocadas, para contrariar a ideia árabe de que o novo Estado era apenas um fenómeno passageiro<sup>39</sup>.

No período do pós-guerra, até 1967, o anti-semitismo europeu, particularmente na parte ocidental do continente, era largamente repudiado, assumindo-se, depois do Holocausto, que era uma manifestação de mau gosto. Muitos europeus mostravam uma admiração genuína pelo êxito inicial de Israel na sua autoconsolidação perante a hostilidade árabe. Para além destas generalidades, havia diferenças importantes nas relações bilaterais dos principais Estados da Europa Ocidental com Israel, e nos contextos políticos das comunidades judaicas europeias. A Grã-Bretanha, que tinha levado algum tempo a reconhecer o Estado de Israel, manteve a sua distância diplomática até à tomada de posse do pró-semita Harold Wilson em 1964. Para além do curto episódio do Suez, o peso militar e diplomático da balança estava nitidamente no lado árabe. A guerra da França na Argélia, contra forças apoiadas pelo Egipto de Nasser, originou uma convergência de interesses com Israel, embora nessa altura o lado israelita visse muito mais do que isso. Os mais entusiastas entre os israelitas viam a França como o melhor amigo de Israel e como o garante de sua segurança. A ligação franco-israelita foi crucial para facilitar a emigração secreta de judeus do Norte de África, orquestrada pela Mossad<sup>40</sup>. No entanto, a parceria diplomática e de segurança entre os dois países esmoreceu depois da independência da Argélia e acabou de vez depois da

Guerra dos Seis Dias. Também durante o período do pós-guerra, a Alemanha ofereceu reparações de guerra a Israel e aos sobreviventes do Holocausto, e organizou um canal clandestino de fornecimento de armas a Israel até meados dos anos 60. Israel via a Alemanha como uma porta de acesso político para uma Europa reemergente, embora a Alemanha tenha adiado o estabelecimento de relações diplomáticas com Israel até 1965, com receio do impacto nos interesses comerciais alemães e do reconhecimento da Alemanha Oriental pelos árabes. A Alemanha via Israel como a sua passagem para se tornar um membro renovado da civilização ocidental, enquanto Israel procurava reforçar a sua segurança ao garantir que a Alemanha cumpriria na íntegra as suas obrigações morais para com a sobrevivência israelita. Neste contexto, Israel e estes governos europeus consideravam que as comunidades judaicas da Europa, pouco visíveis e organizacionalmente moribundas, eram secundárias.

A Guerra dos Seis Dias modificou completamente as relações euro-israelitas. Também catalisou uma reafirmação enérgica da identidade dos judeus europeus, centrados em torno do apoio activo e verbal a Israel. O general De Gaulle usou a guerra como uma oportunidade para romper abertamente com Israel, trocando o mercado de armamento israelita pelo árabe, e tomando uma posição hostil contra Israel em fóruns internacionais. Para além das irrefutáveis divergências de interesses entre Israel e a França, De Gaulle sentia-se pessoalmente insultado pelo que considerava ter sido o papel de Israel na exposição da perda do estatuto de grande potência por parte da França, com o falhanço dos esforços diplomáticos franceses para evitar a guerra. Num estranho discurso em Novembro de 1967, De Gaulle soltou a sua ira contra Israel e contra o povo judaico, ao afirmar que a sua «elite» e as suas características «dominadoras» tinham atraído a hostilidade do mundo contra eles. Contudo, os dias da primazia europeia na segurança israelita já pertenciam ao passado. O maior aliado de Israel era agora os Estados Unidos, cujos líderes viam cada vez mais a Europa Ocidental como um actor secundário nas questões do Médio Oriente. Em resposta à obsessão de De Gaulle em convocar uma conferência a «quatro potências» sobre a crise do Médio Oriente, o presidente Lyndon

Johnson perguntou: «quais são as outras duas»<sup>41</sup>? Os judeus franceses, que constituíam a maior comunidade judaica do Ocidente europeu, ficaram exultantes com a inesperada vitória fulminante contra os árabes; cem mil apoiantes de Israel encheram o centro de Paris para comemorar, tal como fizeram nos dias anteriores à guerra, quando convergiam para o centro da capital, em número quase igual, para encorajarem Israel durante os dias negros da espera, num momento em que a própria sobrevivência do país estava em risco. Esta manifestação de identificação com Israel, que foi a maior de todos os tempos, juntamente com manifestações, semelhantes mas mais pequenas, noutras cidades da Europa Ocidental, emprestaram uma nova confiança aos judeus do Ocidente europeu na expressão do seu apoio a Israel. Inclusive, muitos judeus franceses não sionistas sentiam-se preocupados com a possibilidade de se verificar um «segundo Auschwitz» no caso de Israel ser destruído, e rejubilaram com o repentino triunfo israelita. Raymond Aron escreveu, uma semana após a guerra, que «também ele tinha sentido crescer um sentimento irresistível de solidariedade», e afirmou que a civilização humana no seu todo teria pagado o preço da destruição de Israel<sup>42</sup>. No entanto, esta vaga de entusiasmo sionista não estava integrada num contexto organizacional, pelo menos não de uma forma que se parecesse com a mobilização de massas dos judeus norte-americanos durante o mesmo período, e os líderes israelitas não contavam com os judeus europeus ocidentais para o mesmo tipo de apoio político e financeiro que esperavam dos judeus norte-americanos. Para Israel, as «grandes potências» da Europa Ocidental tinham deixado de ser um factor político internacional a considerar, um ponto de vista que também afectava a percepção israelita acerca da importância da comunidade judaica da Europa.

Durante as décadas seguintes – à medida que os judeus norte-americanos foram ampliando a sua influência política no âmbito de uma doutrina norte-americana de segurança que encarava Israel como um aliado valioso, e num contexto de definição política governamental permeável e aberta às vozes da diáspora –, os judeus da Europa Ocidental que apoiavam Israel encontraram-se em crescente divergência com os seus governos nacionais,

que demonstravam uma grande ambivalência em relação aos assuntos do Médio Oriente e, num número cada vez maior de casos, chegavam à hostilidade frontal. A inclinação da Europa Ocidental pelos árabes baseava-se em larga medida num cálculo de interesses económicos e estratégicos no Médio Oriente e no Norte de África, que por vezes levaram à adopção de políticas embaraçosas para os governos europeus, mas que se consideravam politicamente necessárias. Por exemplo, os governos da Europa Ocidental, quase sem excepção, cederam num boicote árabe que procurava retirar a determinadas empresas, mesmo que só parcialmente geridas ou em posse de judeus – cidadãos europeus –, a possibilidade de comerciarem com o mundo árabe. A esquerda liberal da Europa Ocidental, que era tradicionalmente simpatizante de Israel, abraçou progressivamente o «terceiro mundismo» e começou a punir Israel pela sua «ocupação colonialista de territórios árabes», pela opressão e pelo desrespeito pelos direitos humanos. Verificou-se, inclusive, a adesão de um certo número de intelectuais e esquerdistas judeus europeus a esta crítica alargada. As vozes judaicas europeias apoiantes de Israel perderam o ânimo perante esta vaga conjunta de condenação, e os judeus franceses que também apoiavam Israel queixavam-se de que a sua lealdade para com a França tinha sido posta em causa. A base de apoio sionista mais estável e substancial da Europa Ocidental era constituída pelos judeus sefarditas residentes em França – maioritariamente tradicionalistas e religiosos, que embora escolhessem não ir para Israel acreditavam fortemente na causa sionista –, cujas experiências pessoais em países árabes os tornavam cépticos em relação às reivindicações árabes contra Israel.

Na década de 70, a Europa Ocidental tornou-se um «campo de batalha alternativo» ao conflito no Médio Oriente. «Entre 1968 e 1980 [as facções palestinianas] lançaram cerca de oitenta ataques contra alvos judaicos e israelitas fora do Médio Oriente, sessenta e seis dos quais tiveram lugar na Europa Ocidental»<sup>43</sup>. A lista incluía o massacre olímpico em Munique, desvios sucessivos de aviões partindo de aeroportos europeus, ataques contra líderes e empresários da comunidade judaica europeia, e disparos e ataques à granada contra escolas e restaurantes judaicos. Pela primeira vez

desde a Segunda Guerra Mundial, a segurança judaica na Europa Ocidental era directamente ameaçada, facto que era ideologicamente justificado pela ilegitimação, por parte dos árabes e dos esquerdistas europeus, de Israel e do apoio que a comunidade da diáspora judaica manifestava para com ela. Os judeus europeus, recentemente inspirados pelas vitórias israelitas, rapidamente se aperceberam de que agora estavam implicados nos assuntos israelitas em geral, e de que já não tinham a opção de se escudarem das consequências negativas dos conflitos de Israel. O governo de Israel preocupava-se com as implicações dessa vulnerabilidade e tentou empenhar os seus congéneres europeus numa cooperação de segurança mais próxima, normalmente com pouco êxito. Por outro lado, Israel tinha de ter o cuidado de respeitar os limites da soberania das nações da Europa Ocidental no desenvolvimento dos seus esforços para proteger alvos judaicos e para treinar os judeus para se protegerem a si mesmos<sup>44</sup>.

Um determinado número de factores tornou possível a abertura desta «segunda frente»: as dificuldades da guerrilha palestina em penetrar nas defesas de Israel na Margem Ocidental e em Gaza; as dificuldades de Israel em proteger o seu povo no estrangeiro; as fronteiras relativamente abertas da Europa Ocidental; a proximidade dos campos de treino para terroristas na Europa Oriental; a cooperação palestina com grupos terroristas europeus; a presença de muitos alvos judaicos na Europa Ocidental, que foram atingidos «simplesmente por serem judaicos, logo, automaticamente associados ao apoio a Israel»<sup>45</sup>; o laxismo da maioria das agências de segurança da Europa Ocidental na perseguição aos agentes palestinos; e o desejo, por parte dos governos europeus ocidentais, de libertar os terroristas capturados, alimentando a esperança de obterem imunidade perante futuros ataques contra os seus interesses. «Por fim, os governos da Europa Ocidental e as suas populações desejavam acima de tudo que os deixassem perseguir os benefícios tangíveis da melhoria do nível de vida. A segurança dos israelitas ou de outros judeus no seu território não lhes era, sem dúvida, indiferente, mas também não estava no centro das suas preocupações»<sup>46</sup>. Os contra-ataques israelitas também perturbaram a paz e, como tal, eram alvo da objecção dos europeus, que consideravam a

«campanha de assassínios subterrânea e de tipo mafioso» de Israel como uma «diminuição da distinção qualitativa entre ela e a guerrilha palestina»<sup>47</sup>. Só com o fim da Guerra Fria é que se verificou uma redução do terrorismo contra alvos judaicos e israelitas, embora este não tenha acabado de vez. As agências de segurança europeias ocidentais incluíram finalmente a estrutura de segurança de Israel nas suas consultas formais, reconhecendo o valor da participação israelita para os europeus, ao mesmo tempo que os campos de treino de terroristas na Europa Oriental foram fechados. Além disso, foi de grande importância o facto de a *intifada* ter voltado a centrar as atenções palestinianas no Médio Oriente, e de a OLP ter conferido um menor protagonismo ao terror, com o objectivo de cultivar o apoio político europeu e norte-americano.

Para além da ameaça do terrorismo, Israel continuou a negligenciar a Europa Ocidental como factor a considerar nas suas estratégias de segurança durante os anos 80 e inícios da década de 90, preferindo concentrar-se na melhoria da relação estratégica de Israel com os Estados Unidos. Os laços económicos, culturais e científicos de Israel com a Comunidade Europeia, o seu maior parceiro comercial, foram-se aproximando de forma estável durante esse período, dando continuidade a antigos acordos de comércio e associação. Contudo, nas esferas da segurança e da diplomacia no Médio Oriente, Israel preferiu que a CE, uma importante fonte de armamento para os países árabes e de intermináveis declarações de apoio aos palestinianos (como foi o caso em Veneza em 1980) fosse preterida a favor dos Estados Unidos. Em Washington, Israel podia contar com um *lobby* da diáspora bem organizado e influente para progredir nas questões de segurança, e com uma estrutura de defesa que via Israel como um território estratégico norte-americano desde, pelo menos, o final dos anos 50. Para além disso, Israel gozava do apoio da opinião pública norte-americana, convicta de que Israel era um posto avançado da democracia e de outros valores «americanos». Nas capitais da Europa Ocidental, Israel era visto como uma dificuldade estratégica, uma perturbação recorrente nas relações com o mundo árabe, que se afastava cada vez mais dos valores «ocidentais», especialmente no âmbito dos



direitos humanos. O «lobby judaico» da Europa Ocidental estava longe de ser a via de acesso aos decisores políticos nacionais, ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos, e, por outro lado, a opinião pública europeia ocidental era cada vez mais hostil a Israel. Quando Israel pretendia fazer valer os seus interesses na Europa Ocidental fazia-o directamente através de representantes israelitas. Na verdade, os políticos e a opinião pública europeia viam com frequência os diplomatas israelitas como representantes da comunidade judaica local, para desgosto desta última<sup>48</sup>.

Os acordos de Oslo contribuíram para um abrandamento temporário das críticas da União Europeia a Israel e, em relação aos judeus europeus, reduziram a dissonância entre o apoio a Israel e a fidelidade aos valores humanos advogados pela União Europeia. Embora os sentimentos antijudaicos e os ataques violentos tenham sido muitas vezes disfarçados como manifestações de anti-sionismo e de sentimentos anti-israelitas, o reconhecimento mútuo entre Israel e a OLP em 1993 foi visto, por vezes, como um desenvolvimento positivo que viria a «minorar uma das causas externas do sentimento antijudaico na Europa»<sup>49</sup>. Wistrich escreveu em 1995: «Os judeus nunca gozaram de tanta aceitação, segurança e êxito, mesmo que eles próprios nem sempre percepcionem a sua situação nesses termos»<sup>50</sup>. Os judeus europeus ocidentais também viraram as suas atenções para o auxílio aos seus congéneres dos países do antigo bloco de Leste, como a Hungria e a Polónia, no sentido de restaurar a vida comunitária e religiosa judaica. Na Alemanha, a comunidade judaica com maior crescimento fora de Israel conheceu um renascimento com a chegada de dezenas de milhar de judeus da antiga União Soviética. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, disse, num jantar do Comité Judaico Norte-Americano, em Maio de 2001, que o contributo da Alemanha para a reconstrução da comunidade judaica representava «uma segunda oportunidade para a Alemanha», e constituía a bitola pela qual o seu país seria julgado no futuro. Além disso, a melhoria da atmosfera política no Médio Oriente e as mudanças políticas na Europa proporcionaram aos líderes judaicos e a organizações em França, na Grã-Bretanha e noutros países da Europa Ocidental a oportunidade de entrarem em contacto com as

comunidades muçulmanas locais por forma a estabelecerem um melhor relacionamento com elas na qualidade de concidadãos europeus. Da mesma forma que os judeus norte-americanos abraçaram os «valores americanos» e os seus ideais políticos, os judeus da Europa Ocidental tornaram-se expoentes cimeiros dos temas da União Europeia relacionados com a diversidade e a tolerância, e da luta por uma posição forte e independente no palco mundial.

Os judeus activistas europeus reconhecem a sua fraqueza organizacional e a necessidade de trabalharem juntos para preservar e construir as suas comunidades e para fazer ouvir as suas vozes em assuntos de importância política. Convocaram a primeira Assembleia-Geral Judaica da Europa em 1999, reunindo centenas de delegados de todo o continente, emitindo declarações políticas sobre um variado leque de questões comunitárias, europeias e internacionais. Esta foi uma tentativa de alterar a tradicional relutância dos judeus europeus em organizarem-se enquanto *lobby* étnico por «sentirem que eram alheios às tradições políticas europeias», embora houvesse precedentes históricos, como o voto dos irlandeses na Grã-Bretanha<sup>51</sup>. David Harris, membro do Comité Judaico Norte-Americano, encontrava-se entre os vários líderes judaicos dos Estados Unidos que felicitaram os judeus europeus pelos seus esforços. Realçou junto deles que teriam de trabalhar de forma independente para estabelecerem a sua própria força política e identitária se quisessem satisfazer as suas aspirações de se tornarem o «terceiro pilar» da comunidade judaica mundial. Muitos judeus activistas europeus estavam mais do que preparados para ouvir esta mensagem. Embora valorizassem os seus laços com Israel e com os seus congéneres dos Estados Unidos, sentiam-se indignados com a interferência israelita e dos judeus norte-americanos em diversos assuntos, tais como a insolvência bancária e a compensação pelas vítimas do Holocausto, a entrada de partidos de extrema-direita nos governos suíço e austríaco, e numa disputa crescente envolvendo um antigo cemitério judeu em Praga. Os judeus europeus também se opunham ao exagero dos seus congéneres acerca da precariedade da vida judaica

européia, que incluíam apelos à *aliyah* urgente para fugir ao anti-semitismo europeu.

A ruptura entre israelitas e palestinos no final de 2000 representou um perigo para a segurança dos judeus europeus e dos europeus em geral, mas serviu simultaneamente como ponto de coesão para os judeus da Europa. A violência contra os judeus ameaçava transformar a Europa num «campo de batalha alternativo»<sup>52</sup> do conflito israelo-árabe, tal como tinha acontecido nos anos 70. Os judeus europeus afirmavam em encontros com líderes da União Europeia que as duras críticas destes últimos contra Israel no início da segunda *intifada* tinham gerado uma atmosfera de permissividade para uma das mais graves ondas de violência contra os judeus da Europa Ocidental desde a Segunda Guerra Mundial. Um especialista em assuntos do Médio Oriente da Universidade de Bruxelas fez uma controversa análise de base psicopolítica segundo a qual a reacção fortemente negativa da Europa Ocidental contra Israel se baseava em três factores. O primeiro é o desejo europeu de auto-absolvição da culpa pelo Holocausto, ao afirmar que agora o opressor é Israel e que a Europa, enquanto campeã da defesa dos direitos humanos, deve detê-lo. Em segundo lugar, ao atacar Israel a Europa procura a auto-absolvição pelos seus pecados coloniais. Em terceiro lugar, os que já tinham uma predisposição mental anti-israelita tentam usar o passado de Ariel Sharon e de outros veteranos militares, e o seu registo no âmbito dos direitos humanos, para retirar legitimidade à estrutura e à política de segurança israelita. Isto faz parte de uma tendência geral para eliminar os dogmas básicos do sionismo<sup>53</sup>. Em Israel, a insegurança dos judeus europeus foi outra componente que contribuiu para que o anti-semitismo se tornasse um factor a ter em conta no pensamento e na retórica de segurança de Israel. Enquanto a comunidade judaica norte-americana, cheia de recursos, era procurada pelo Estado de Israel como parceiro social de uma forma que comprometia a visão original do sionismo, a vulnerabilidade dos judeus da Europa Ocidental era vista como uma reafirmação do dogma central do sionismo, segundo o qual só um Estado judaico soberano e forte pode garantir o refúgio e a segurança da comunidade judaica mundial.

## Conclusões

Neste artigo examinámos as repercussões do actual conflito no Médio Oriente e as suas implicações para a redefinição da segurança judaica. Discernimos dois padrões: um nas relações dos israelitas com os judeus norte-americanos, e outro nas relações de Israel com os judeus da Europa Ocidental. O novo apelo ao envolvimento dos judeus norte-americanos representa uma ruptura nítida com a antiga ideia sionista de segurança do Estado: 1) tornando a segurança da diáspora secundária (inclusive durante o período *yishuv* pré-estatal); 2) estabelecendo a primazia sobre a segurança da diáspora ou controlando-a (acolhendo exilados e refugiados); e 3) controlando ou dirigindo as vozes da diáspora nos assuntos internos israelitas através de pedidos de apoio incondicional em questões de guerra e paz. Acima de tudo, esta posição representa uma ruptura com o auge da postura de Oslo, quando Shimon Peres e o falecido Ytzhak Rabin disseram aos judeus da diáspora para se manterem afastados da segurança israelita – por exemplo, quando as organizações judaicas forçaram a instalação da embaixada dos Estados Unidos em Jerusalém – e quando pediram aos líderes da diáspora para cuidarem da sobrevivência cultural das suas comunidades.

Este novo capítulo talvez denote uma inversão parcial nas relações entre Israel, na sua fase inicial, e a comunidade judaica norte-americana. O sionismo procurava proporcionar a solução definitiva para a insegurança dos judeus da diáspora. No entanto, tal como Alan Dowty frisou, «o Estado fundado para resolver o problema ancestral da insegurança judaica tem sido atormentado por uma insegurança crónica»<sup>54</sup>. A comunidade dos Estados Unidos, pelo contrário, parece mais poderosa e segura do que nunca, enquanto a insegurança de Israel domina a sua agenda. Os judeus norte-americanos demonstraram deter um poder político contínuo no seio do sistema político dos Estados Unidos, por exemplo, ao obterem garantias de apoio a Israel por parte do Congresso, assim como ameaças de redução das ajudas e dos laços com os adversários de Israel. Graças aos seus êxitos centrados em Israel, a diáspora sediada nos Estados Unidos reforçou o seu

sentimento de segurança, confirmando a sua posição de poder e de influência. Embora a comunidade judaica norte-americana lute com questões relacionadas com a demografia, a assimilação, a sobrevivência cultural e a viabilidade comunitária, estes problemas são, em larga medida, o resultado do êxito da integração dos judeus norte-americanos na sociedade dos Estados Unidos.

Para os judeus norte-americanos há a possibilidade de se verificarem impactes consideráveis em resultado das alterações dos seus laços com Israel. É suposto visitarem Israel para demonstrarem a sua solidariedade, mesmo em períodos perigosos. Eles também entendem que a assunção de deveres consultivos acrescidos é um compromisso que os expõe a eventuais riscos a nível interno, como, por exemplo, o risco de serem acusados de se tornarem auxiliares de Israel e de minarem a política norte-americana para o Médio Oriente. A presença de representantes dos judeus norte-americanos à mesa das decisões relacionadas com a segurança israelita torna-os «culpáveis», mesmo que a nível privado se oponham a determinadas decisões. A consulta implica um compromisso e a partilha da responsabilidade pelas acções que dela resultarem. Para além disso, por mais que pugnar pela segurança judaica fora de Israel seja uma responsabilidade natural decorrente dos laços comunitários, não devemos esquecer que quando se trata de soberania ou de guerra e paz no Médio Oriente, os judeus da diáspora, incluindo os que estão sediados nos Estados Unidos, terão sempre um papel secundário para os decisores israelitas. Sem dúvida, a estrutura de segurança israelita permanece indecisa quanto aos limites da aquisição de poder resultantes da sua consulta com a comunidade da diáspora norte-americana. Tal como vimos antes, o desejo de um papel de destaque dos judeus norte-americanos pode desaparecer tão depressa quanto surgiu, uma vez que as questões de identidade e o conflito se desenvolvem rapidamente. As organizações judaicas dos Estados Unidos estão a tomar uma posição intermédia sobre alguns aspectos relacionados com o conceito da segurança nacional judaica, numa campanha mais aberta e assertiva contra o anti-semitismo árabe e islâmico, um assunto que vinham acompanhando desde há muito, mas sobre cuja

publicitação tinham sido mais circunspectos durante os esperançosos anos do processo de Oslo. Isto traz o anti-semitismo para um lugar de destaque na agenda israelita, inclusive no seio dos escalões militares da segurança, que agora se encontram mais inclinados para entender o conflito em termos mais judaicos. Em Julho de 2001, uma conferência organizada pelas instituições de segurança israelita abordou directamente este assunto, em cooperação com a Liga Antidifamação sediada nos Estados Unidos.

Para os judeus da Europa Ocidental, tal como para os seus congéneres norte-americanos, uma unidade renovada em torno dos assuntos de segurança israelita poderá ajudá-los a lutar contra os receios acerca da segurança de Israel, e por extensão, contra os seus próprios receios, indo, também, ao encontro de certas necessidades organizacionais judaicas. Contudo, um apoio assertivo à política de segurança israelita traz consigo o risco de se ser responsabilizado por essa política. A comunidade judaica da Europa Ocidental também permanece alerta em relação às consequências potencialmente negativas de realçar a sua vulnerabilidade e de ser identificada primordialmente com a questão do anti-semitismo, particularmente num momento em que ela está a trabalhar para obter uma maior capacidade de voto nos assuntos europeus, à medida que os judeus vão atingindo um estágio avançado da sua integração na Europa. Ao mesmo tempo, se os governos europeus não estiverem atentos aos apelos das suas populações judaicas à afirmação, à protecção e à moderação da linguagem usada acerca do conflito do Médio Oriente estarão a expor os seus próprios cidadãos ao perigo físico e à perda da legitimidade. A incapacidade de responder de forma eficaz também trairia as aspirações da União Europeia de se apresentar como protectora dos direitos humanos e a campeã da integração das minorias. Por fim, o empenho de Israel em usar o anti-semitismo renovado como veículo para legitimar e justificar a sua ideologia e as suas próprias acções pode mudar novamente quando o conflito no Médio Oriente diminuir de intensidade ou quando os requisitos das relações bilaterais com a Europa ou com o mundo árabe passarem a ter lugar de destaque.

Agosto de 2001

## NOTAS

<sup>1</sup> Steven T. Rosenthal, *Irreconcilable Differences? The Waning of the American Jewish Love Affair With Israel*, Hanover, NH, University Press of New England, 2001.

<sup>2</sup> William Wallace, «Europe, the Necessary Partner», *Foreign Affairs*, vol. 80, n.º 3, Maio/Junho de 2001, p. 3.

<sup>3</sup> Informação de Abraham Foxman a Yossi Shain, após uma preleção em Julho de 2001.

<sup>4</sup> Yoram Hazony, *The Struggle for Israel's Soul*, New York, New Republic-Basic Books, 2000, p. 54.

<sup>5</sup> Ze'ev Schiff, «Who needs security cooperation?», *Ha'aretz*, 13 de Abril de 2001.

<sup>6</sup> Anat Goren e Smadar Foegl, eds., *The Macro Scenarios: Israel and the Jewish People*, Haifa, Technion, 1996.

<sup>7</sup> Mesmo depois das infrutíferas conversações de Camp David em Julho de 2000, enquanto as negociações prosseguiam esporadicamente, diferentes grupos de judeus manifestaram-se contra e a favor do esboço antecipado de um acordo com os palestinianos.

<sup>8</sup> Tami Steinmetz Center, Tel-Aviv University, Junho de 2001, Peace Index.

<sup>9</sup> *New York Times*, 30 de Julho de 2001.

<sup>10</sup> Meir Litvak, «The Islamization of the Palestinian-Israeli Conflict: The Case of Hamas», *Middle Eastern Studies* 34:1 de Janeiro de 1998, p. 152. O enfoque sobre Jerusalém originou um interessante debate entre o governo israelita e determinados grupos das comunidades da diáspora e seus defensores acerca de quem tem o direito de determinar o futuro de Jerusalém. Por exemplo, Morton Klein, presidente da Organização Sionista Norte-Americana, propôs um «referendo democrático através de todo o mundo judaico sobre o futuro de Jerusalém». Michael Melchior, o então ministro de Israel responsável pelos Assuntos da Diáspora, respondeu que embora encorajasse as comunidades da diáspora a «terem uma opinião sobre o que se está a passar em Israel, sejam questões de guerra, de paz ou sobre Jerusalém», só estava preparado para permitir o voto (oposto à voz) aos judeus que imigraram para Israel, ou seja, que se tornaram cidadãos israelitas. «Há uma diferença entre ter um objectivo comum – como todos os judeus do mundo têm ou deviam ter – e participar na vida quotidiana do Estado de Israel». *Jerusalem Report*, 28 de Agosto de 2000, p. 56.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Melissa Radler, «President's Conference Chairman: Arafat has unified the Jews», *Jerusalem Post*, 13 de Julho de 2001.

<sup>13</sup> Joshua Schuster, «French Jews Find Their Voice», *Jerusalem Post*, 3 de Agosto de 2001. Em Maio de 2001, na Síria, em frente a um João Paulo II silencioso, Assad proferiu um discurso incendiário cheio de linguagem anti-semita, acusando os judeus de serem «piores que os nazis» e repetindo a velha acusação de serem os assassinos de Cristo, desta feita através da actual perseguição aos muçulmanos. *Jerusalem Post*, editorial, 13 de Maio de 2001.

<sup>14</sup> Robert S. Wistrich, «Anti-Semitism in Europe After 1945», in Wistrich, ed., *Terms of Survival: the Jewish world since 1945*, Londres, Routledge, 1995, pp. 276-277.

<sup>15</sup> Agência Telegráfica Judaica.

<sup>16</sup> V. Yossi Klein Halevy, «Israel's Lost Chance to Find Itself», *Washington Post*, 18 de Fevereiro de 2001, p. B1-2.

<sup>17</sup> No livro de Yoram Hazony, *The Jewish State: The Struggle for Israel's Soul*, o pós-sionismo é descrito como uma grande deriva cultural pró-paz e de orientação esquerdista que desmistifica o carácter sionista e judaico de Israel. O livro atraiu muitas atenções e louvores nos círculos neoconservadores judaicos dos Estados

Unidos. A sua mensagem é que Israel deve restaurar o seu carácter judaico fortalecendo os seus elos com as comunidades da diáspora. Também se tornou um grito de união no actual *zeitgeist* do pós-Oslo. Entre outros pontos fracos, a análise de Hazory do pós-sionismo negligencia as profundas divisões no seio da esquerda israelita, entre os defensores e os críticos do sionismo. V. Amnon Rubinstein, *From Herzl to Rabin: The changing image of Zionism*, Nova Iorque, Holmes and Meier, 2000.

<sup>18</sup> *Ha'aretz*, 5 de Outubro de 2000.

<sup>19</sup> Estamos em dívida para com Gil Merom, que fez notar que as organizações judaicas ultra-ortodoxas que distribuem esses autocolantes têm dois propósitos em mente: primeiro, estabelecer as suas credenciais de segurança no seio do seu eleitorado, na ausência de serviço militar obrigatório. Segundo, mobilizar o eleitorado jogando com as suas ansiedades políticas, sociais ou outras. Por outras palavras, preservação e extensão da sua clientela política e religiosa.

<sup>20</sup> Uri Bialer, *Between East and West: Israel's Foreign Policy Orientation 1948-1956*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 82.

<sup>21</sup> Anita Shapira, «Ben Gurion and the Bilbe: The Forging of an Historical Narrative?», *Middle Eastern Studies*, 33, 4 de Outubro de 1997, p. 649.

<sup>22</sup> Bauer, «Estamos condenados a recordar».

<sup>23</sup> «Sempre foi a minha opinião de que temos de ter em consideração os interesses da comunidade da diáspora – de qualquer comunidade judaica interessada. Mas há uma distinção crucial – não é o que eles pensam serem os seus interesses, mas o que nós consideramos serem os seus interesses. Se fosse um caso de importância vital para Israel, e se os interesses dos judeus em questão fossem diferentes, os interesses vitais de Israel viriam em primeiro lugar – porque Israel é vital para o mundo judaico». Citado in Giora Goldberg, «Ben-Gurion and Jewish Foreign Policy», *Jewish Political Studies Review* 3:1-2 (Primavera de 1991), p. 92.

<sup>24</sup> David Vital, p. 19.

<sup>25</sup> Yakov M. Rabkin, «Auto-Emancipation in a Post-Zionist Age», in *Israel, a Middel Age Crisis* (Conferência Bar Ilan, 12 de Maio de 1988), p. xxiii.

<sup>26</sup> Sheffer, p. 107.

<sup>27</sup> *New York Times*, 22 de Janeiro de 1988.

<sup>28</sup> Rael Jean Isaac, «America's Jewish lobby for the PLO», *Jerusalem Post*, 23 de Agosto de 1990.

<sup>29</sup> *Commentary*, v. 95, Abril de 1993, pp. 19-23.

<sup>30</sup> V. *Jerusalem Post*, Eli Wohlgernter, 5 de Janeiro de 2001.

<sup>31</sup> Yossi Shain, «Ethnic American Loyalties and Political Power», *Foreign Service Journal*, Outubro de 2000.

<sup>32</sup> Martin Peretz, do *New Republic*, criticou duramente alguns dos maiores jornalistas judeus norte-americanos (especialmente Tom Friedman) e oficiais do governo, acusando-os de serem «processadores da paz» que venderam Arafat e a OLP ao público norte-americano e israelita, embora afirmem agora que Arafat nunca foi fiável e que nunca pretendeu abandonar a violência enquanto instrumento político. «Apologies», *New Republic*, 23 de Julho de 2001, p. 46.

<sup>33</sup> Rami Khouri, escrito em Maio de 2001 no *The Jordan Times*, citado em [www.a7.org](http://www.a7.org), 18 de Maio de 2001, crítica de imprensa árabe.

<sup>34</sup> Herb Keinon, «Romania looks to Israel to pave entry into NATO», *Jerusalem Post*, 17 de Julho de 2001.

<sup>35</sup> J. J. Golberg representa este ponto de vista quando escreve: «Do Vaticano ao Kremlin, da Casa Branca à colina do Capitólio, os líderes mundiais encaram a comunidade judaica como uma força que é preciso ter em conta. Os escritórios de Nova Iorque do Comité Judaico Norte-Americano e a Liga Antidifamação tornaram-



se paragens obrigatórias para presidentes e primeiros-ministros de visita às Nações Unidas ou a caminho de Washington».

<sup>36</sup> Quando Amnon Rubinstein, um dos mais respeitados parlamentares israelitas, escreveu recentemente sobre a nova vaga de anti-semitismo na Europa, lembrou aos israelitas o seu esquecimento nos últimos tempos da condição judaica: «Muitos israelitas desenvolveram uma perspectiva muito pessimista, segundo a qual as vidas de judeus estão em perigo apenas em Israel, enquanto as comunidades judaicas da diáspora vivem na prosperidade... Os defensores deste ponto de vista afirmam que os judeus vivem em segurança no Leste e no Oeste, ao passo que na sua pátria são alvos fáceis para os terroristas assassinos. [Esquecem] que o anti-semitismo é uma estranha criatura: mesmo quando pensamos que está morto, ele tem a capacidade de ressuscitar. Os novos historiadores de Israel, na sua formulação de uma visão mundial alternativa à do sionismo, ignoram o ódio antijudaico, fazendo de conta que ele nunca existiu realmente».

<sup>37</sup> *Ha'aretz*, 23 de Março de 2001.

<sup>38</sup> «The Herzliya Conference on the Balance of National Strength and Security: 2000 Conference Protocol», Institute of Policy and Strategy, Interdisciplinary Center Herzliya, p. 1921.

<sup>39</sup> Dalia Ofer, «Emigration and Aliyah: A reassessment of Israeli and Jewish policies», in Wistrich, ed., *Terms of Survival*, pp. 65-66.

<sup>40</sup> Ian Black e Benny Morris, *Israel's Secret Wars*, Londres, Futura, 1991, pp. 174-182.

<sup>41</sup> Howard Sachar, *Israel and Europe: an Appraisal in History*, New York, Vintage Books, 1998, p. 181.

<sup>42</sup> Wassertstein, *Vanishing Diaspora*, p. 98. Aron escreveu acerca da sua solidariedade: «Peu importe d'ou il vient. Si les grandes puissances, selon le calcul froid de leurs interets, laissent detruire le petit Etat qui n'est pas le mien, le crime, modeste a l'échelle du nombre, m'anleverait la force de vivre, et je crois que des millions et des millions auront honte de l'humanité».

<sup>43</sup> Sachar, *ob. cit.*, p. 243.

<sup>44</sup> Idem, p. xxx, e debate de Yossi Shain com Yossi Melman, jornalista israelita e perito em serviços de segurança de Israel.

<sup>45</sup> Black e Morris, *ob. cit.*, p. 280.

<sup>46</sup> Sachar, *ob. cit.*, p. 230.

<sup>47</sup> Idem, p. 241.

<sup>48</sup> Entrevista do autor com a D.ª Ovadia Sofer, antiga embaixadora israelita em França, 3 de Agosto de 2001.

<sup>49</sup> Wistrich, *ob. cit.*, p. 291.

<sup>50</sup> Idem, p. 290.

<sup>51</sup> Bernard Wasserstein, *Vanishing Diaspora: The Jews in Europe since 1945*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996, p. 234.

<sup>52</sup> V. capítulo X, pp. 220-253, in Sachar, *ob. cit.*

<sup>53</sup> Citado em Eran Tippenbron, «Lost in Europe», *Yediot Aharanot*, 3 de Agosto de 2001, p. 6.

<sup>54</sup> Alan Dowty, p. 4.